

# **Reestruturação técnico-produtiva do capital e poder local**

*Terezinha Ferrari\**

Resumo:

Mais de uma década de presença do Partido dos Trabalhadores nas administrações municipais vêm proporcionando a construção de um ideário relativo a um novo regionalismo. Este ideário pressupõe o controle do capital pelo político e a construção de parcerias em rede, menos competitivas, das cadeias produtivas. A produtividade urbana permitiria nas cidades, a circulação sem circulação das mercadorias, objetivo máximo do capital em tempos de alta produtividade do trabalho. Analogias traçadas com centros do capital, que também promoveram reestruturações nos processos de trabalho, moldariam o ideário aqui discutido.

Um “novo regionalismo” proposto para o ABC paulista, na década de 1990, para enfrentar os impactos da reestruturação técnico-produtiva imposta pelo capital, que tem gerado um intenso fluxo de mercadorias, sustenta-se nas premissas da inevitabilidade da globalização capitalista, no pressuposto da autonomia do Estado e da esfera do político, que domesticariam localmente a lógica da cúpida acumulação do capital transnacionalizado. Acumulação que, entre outros elementos, se sustenta na manutenção da estrutura produtiva industrial em lugares onde já existem equipamentos urbanos a serem gratuitamente utilizados. A proposição deste “novo regionalismo” sustenta-se na possibilidade do controle político-institucional gerador de uma produtividade urbana conseguida através de planejamentos estratégicos direcionados por uma suposta competência administrativa e uma, também, suposta vontade política consensual. No plano das políticas públicas, em nome da cidadania, são implementadas medidas que desenvolvem posturas empreendedoristas e empregabilidades. Posturas, porém, inseridas em um mercado descaracterizado do eixo contraditório da luta de classes. Este “novo regionalismo”, finalmente, inspira-se em analogias, ao nosso ver impróprias, com remodelações urbanas ocorridas em cidades e regiões européias e estadunidenses desde os anos 1970.

Pretendemos discutir os impactos da reestruturação produtiva que vem sendo promovida pelo capital ao longo da última década sobre as chamadas políticas públicas municipais tendo como referência o ABC paulista, bem como as premissas em que se baseiam essas intervenções nos espaços públicos.

Na última década, as prefeituras do ABC foram ocupadas por diversos partidos, mas tem sido o Partido dos Trabalhadores o articulador mais rigoroso na elaboração de um plano de intervenção calcado nas premissas acima citadas.

Auto-proclamada moderna, competente, eficiente, honesta e popular a política dos poderes locais tem cumprido um importante papel na atual etapa do

---

\* Professora da Fundação Santo André; doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP e membro do NEILS.

processo de valorização, ao contribuir para o aumento da velocidade de rotação do capital, com a conseqüente dinamização da circulação de mercadorias.

São políticas urbanas baseadas em vocações regionais *eleitas*, inseridas em projetos de expansão da economia local e aumento das possibilidades de renda popular. Políticas apoiadas no espírito gregário dos habitantes da cidade, por um lado, latente e, por outro, estimulado, de defesa da região, do local de moradia. No conjunto são premissas que acabam sendo uma usina de ideologias do localismo: do território, da comunidade, do civismo. (Arantes, 2002: 66). Ideologizações às quais acrescentamos: a da política, do planejamento, da tecnologia.

### **“Caos” da cidade *just in time*, produtividade urbana e planejamento**

A tensão entre a racionalidade da produção capitalista no interior das fábricas e o aparente caos urbano está ligada por nexos sutis a uma unidade contraditória entre trabalho, capital e poder de Estado – unidade não redutível a nenhum destes segmentos – de tal modo que a esfera do político institucional não detém a condição de imprimir autônoma e unilateralmente a unidade mediada do real.

Apreender esta unidade contraditória é possível a partir de qualquer ângulo, desde que se a tome pela unidade e se procure os elementos determinantes capazes de revelar o chamado caos urbano, que não um caos qualquer, uma desordem qualquer, mas a própria ordem anárquica do mercado capitalista. (Engels: 1975; Lefebvre: 1999)

Caos gerado pelo aumento da velocidade de rotação do capital que impõe a dinamização da circulação de mercadorias promovida, por exemplo, pela implantação dos planejamentos de tipo *just in time*. Sobre a malha viária urbana, recaem os efeitos desta dinamização, que devem ser enfrentados pelo poder político-institucional de âmbito local.

Os planejamentos *just in time* aplicados a fornecedores e consumidores dos conglomerados industriais extrapolam o interior das fábricas, invadindo a malha urbana, saturando as ruas, impondo os efeitos da circulação em tempo real a todos, participantes diretos ou não destes planejamentos. Seu funcionamento ignora a anarquia urbana, que se confunde com a do mercado, com seus múltiplos imponderáveis, contrapondo-se à disciplina da produção que ocorre nos interiores das fábricas e diversos locais de trabalho.

Este planejamento só se realiza no âmbito interno da produção fabril às custas da mais completa saturação do tecido urbano. O uso dos espaços da cidade para o funcionamento da produção no tempo certo, ocorre às expensas dos interesses individuais e coletivos dos múltiplos usuários da cidade. Forças produtivas do tempo e do espaço são apropriadas e comprimidas para aplicação de artifícios da valorização do capital.

Um destes artifícios é a gestão por estoques, expulsando-os do interior do processo produtivo e criando uma cidade *just in time* que se contrapõe à estrutura urbana taylorista-fordiana. Para manter fábricas limpas e enxutas, estoques foram postos do lado de fora, em trânsito, utilizando vias públicas como armazéns. Enxugando seus espaços internos, as empresas avançaram sobre áreas públicas urbanas. Custos que antes estavam restritos a sua contabilidade, recaem, agora

ampliados, sobre a população em geral, os trabalhadores em particular, e sobre os cofres das administrações municipal e estadual para ampliação, manutenção e recuperação das vias públicas.

Diante das imposições do processo produtivo, as políticas institucionais se curvam aos desígnios do capital: produção e circulação em tempo zero. Conforme Fiúza de Mello, baseado em Marx, trata-se da formação de um “mercado de natureza contínua, em permanente expansão que [transforma] todos os espaços supostos de circulação em centros produtivos da mesma”; trata-se da tendência de “anular o espaço por meio da redução do tempo relativo de sua rotação” (1999: 96). Tendências que provocam um choque entre as formas urbanas tayloristas-fordianas construídas há décadas e as toyotistas em construção (Ferrari, 2003).

A gestão da coexistência entre as antigas estruturas urbanas tayloristas-fordianas e as exigências que os atuais sistemas toyotizados impõem à malha urbana tem sido feita pela administração pública. Tal tipo de gestão pressupõe uma auto-proclamada autonomia administrativa, acompanhada de um esvaziamento ideológico do caráter de classe da sociedade baseada nas relações de exploração do trabalho pelo capital.

A concepção neoliberal detectou, entre outros aspectos, que “os problemas urbanos não podem ser mais compreendidos como apenas decorrentes dos problemas habitacionais e de infra-estrutura, mas que é necessário articulá-los com os problemas de produtividade da economia urbana e com os obstáculos para alcançar esta produtividade” (Santos Júnior; 2000: 580). Somada aos antigos problemas infra-estruturais, esta tarefa de articulação é, agora, assumida pelos partidos e pelos políticos tidos como competentes e eficientes, também, para construir os equipamentos urbanos mais adequados às necessidades populares.

A forma urbana típica da produção taylorista-fordiana revelava que “as metrópoles foram configurações sócio-espaciais representativas do momento histórico da acumulação fordista, da industrialização e da construção do Estado de Bem-Estar Social. Configurações espaciais metropolitanas que desequilibraram produção, moradia, transporte, meio ambiente e cultura”. (Veras, 2001) A produtividade urbana seria, agora, o pressuposto para a regulação destes desequilíbrios e para o atendimento dos novos padrões produtivos em uma cidade adaptada à circulação de mercadorias em tempo real, *just in time*.

O sistema de gestão e organização da produção contido nestes processos de trabalho toyotizados consiste na otimização de tempos e espaços. Técnicas de logística integrada decompõem complexos processos produtivos em elementos mais simples implantados por uma cadeia de empresas, sincronizando sua execução de modo a que os eventos produtivos ocorram na hora certa, no tempo certo, na quantidade certa, e no lugar certo, pretendendo, assim, controlar as variáveis intervenientes na produção. As especificações técnicas e planejamentos gerenciais realizados a partir de resultados antecipados ocorrem por abstração das atividades concretas dos operadores: tudo sairá a contento se todos os fatores envolvidos ocorrerem conforme a previsão. Se mesmo dentro da fábrica a abstração das condições concretas dos operadores pode levar a problemas reais (falhas de máquinas, falhas humanas etc.) o que dizer, então, da improvável condição de previsão dos diversos e múltiplos fatores reinantes na cidade como

um todo. São estes projetos que revelam os tensionamentos nas cidades reduzidas a um nó que deve ser desatado – dia-a-dia – pelos seus habitantes e pelo poder municipal, para atendimento das metas de projetos de produção *just in time* e circulação em *tempo real* impostos pelo aumento da velocidade de rotação do capital.

No ABC, decisões de conglomerados quanto a aumentar, diminuir ou eliminar sua participação na região, provocam adaptações em planos de governo. Pela força econômica destes conglomerados, governos municipais são levados a cooperar na execução de seus planos de produção e logística. Idealmente, planejamentos governamentais liberais, neoliberais ou populares, envolveriam o atendimento de necessidades tanto dos munícipes quanto das empresas, mas, no cenário de contradições estruturais de classe são priorizados e contemplados os interesses materiais dominantes, condição inescapável da dimensão de classe do Estado.

A infra-estrutura e equipamentos públicos bem como os mais elementares movimentos do trabalho passam a ser ocupados integral e absolutamente pela lógica de realização “contínua” das mercadorias. Não somente as normas de gestão administrativa privada permitem às grandes empresas se safarem dos percalços de acidentes. Toda a sociedade, todo o espaço e o tempo funcionam em torno do cumprimento das metas estabelecidas pelo capital – propostas independentemente da população e dos planejamentos estratégicos governamentais. Problemas e custos são cada vez mais socializados, embora a apropriação das soluções e dos lucros continuem privados.

O planejamento estratégico do Estado é subordinado aos imperativos do capital, transformando as cidades em “máquinas de crescimento” a qualquer custo. (Arantes, 2002) Porém, revestido do discurso da competência, da eficiência, do moderno e do participativo, os planejamentos vêm imbuídos da auréola da neutralidade e imunidade a críticas, porque são apresentados como soluções soberanas, de caráter técnico, melhores e únicas formas – consensuais – de enfrentar o que está dado. É a premissa da inevitabilidade dos imperativos do mercado “contínuo”.

No discurso dos executores destas políticas públicas regionais, são três os níveis de delineamento que a distinguem: 1. politização do planejamento urbano no sentido de uma gestão compartilhada através de conselhos populares, planejamento e orçamento participativos. 2. ecologização das políticas, englobando todas as áreas e círculos urbanos na mesma necessidade de preservação da natureza. 3. planejamento trans-setorial e intersetorial, isto é, os vários setores da atividade administrativa, obrigatoriamente, devem passar por um eixo político unitário.

Apesar do discurso acima, permanece o fato básico. As políticas públicas subordinadas aos ditames do aumento da velocidade de rotação do capital, não por acaso, tomam emprestado da gestão empresarial, objetivos, ideologia, vocabulários e instrumentos de verificação, embora sejam apresentadas como realização de vocações regionais e de vontades políticas autônomas, democráticas e competentes.

### Paralelos internacionais

Há vários exemplos internacionais de lugares, regiões e cidades que mostram o impacto da reestruturação produtiva que o capital tem imposto a núcleos industriais ao redor do mundo. Os propósitos de produtividade e remodelação urbanas baseiam-se nas mudanças ocorridas nestes locais, tentando-se transpô-las, como soluções planejadas, para regiões como o ABC.

Aquelas reestruturações ao redor do mundo e estas no ABC, obedecem, no entanto, aos ditames históricos da constituição do capital que vem ocorrendo de forma desigual e combinada nos diversos locais.

Nos países centrais, a reestruturação produtiva gerou esvaziamento populacional, eliminação de postos de trabalho e radical mudança de instalações fabris em regiões como: o Nordeste dos Estados Unidos (Detroit é o exemplo mais famoso), o Noroeste inglês já nos anos 70 e 80 e o Vale do Rhur (Alemanha) desde a década de 1950.

O chamado novo regionalismo se pauta por várias analogias com estas regiões. Entretanto, a análise da particularidade dos processos históricos revela essências incomparáveis. Deste modo, ressaltamos que há diferenças fundamentais entre os resultados promovidos pelas reestruturações produtivas na região do *manufacturing belt* norte-americano ou do Vale do Rhur e zonas industriais em regiões metropolitanas no Brasil, como em São Paulo, por exemplo, que impediriam que fossem adotadas formas ou soluções razoáveis somente para aquelas regiões e pareceriam, se tentadas sua aplicação aqui, uma simples e ineficaz justa-posição de soluções administrativas.

Além das analogias com estas regiões, o “novo regionalismo” inspira-se nos projetos de recuperação de cidades como Lisboa, Barcelona, Roterdã e Vancouver. Cidades que foram “recuperadas” por ocasião de, em primeiro lugar, como diz Arantes: “ocasiões sem significado urbano intrínseco” (2002: 59), como Olimpíadas, mega-exposições, conferências internacionais, ou em segundo lugar, por circunstâncias históricas totalmente diversas das cidades que compõem o ABC, como as cidades do Rhur a partir da década de 1950<sup>1</sup>.

O *manufacturing belt* americano, a partir desta mesma década de 1950, por exemplo, contribuía com 70% da produção industrial do país e, hoje, com apenas 40%. Nos Estados Unidos, o processo de descentralização industrial começou mesmo nesta década de 1950. O *sun belt*, no Sul e Oeste estadunidense, desde o pós-guerra, recebe estímulos governamentais com o intuito de promover a descentralização e o aproveitamento das reservas petrolíferas nesta região. Desta política resultaram regiões com alto grau de pesquisa considerada de ponta: Seattle no Estado de Washington (produção aeroespacial), Austin no Texas (microeletrônica) e o Vale do Silício na Califórnia (informática).

No caso do Vale do Rhur (uma aglomeração policêntrica composta de 11 cidades com 5,3 milhões de habitantes), a Oeste da Alemanha, podem ser traçadas – assim julgam os teóricos desta proposição (*Diário do Grande ABC* 22/08/98) –

---

<sup>1</sup> “A dificuldade de transpor o planejamento estratégico para metrópoles como São Paulo é que, se em Barcelona o processo de periferização era então desconhecido, aqui ele é o principal elemento estruturador da organização do espaço”. (Carvalho, 2000: 79).

linhas comparativas com as mudanças que vêm ocorrendo nas cidades do ABC. Em ambos os casos, a industrialização ocorreu sem planejamento, com degradação do meio ambiente. Diferentemente, hoje, a integração da cadeia produtiva impõe novas relações entre fabricantes e fornecedores, contatos *on-line*, reestruturação espacial não só dos complexos fabris, mas da cidade como um todo.

No Vale do Rhur, em meados do século XX, a malha urbana era herança de um século de indústria pesada. Estas cidades alemãs seguiam os padrões impostos pelas indústrias e pelas estradas de ferro. A necessidade de habitação operária promovera uma ocupação desordenada do solo, composta por uma mistura desorganizada de infra-estrutura, cuja contaminação ambiental era inevitável.

Já em fins da década de 50 do século XX, o surgimento de fontes de energia mais limpas e econômicas provocou mudanças intensas no emprego no setor do carvão, básico para os capitais implantados na região. Nos anos 1970, a concorrência no setor metalúrgico e de aço também acarretou forte diminuição no nível do emprego.

Não se poderia admitir, sem levantar aspectos paradoxais, a comparação feita entre a industrialização norte-americana ou alemã e o processo brasileiro. No ABC, instalações industriais remontam somente aos últimos 50 anos do século XX. A industrialização brasileira foi resultado do movimento do capital nos países centrais imperialistas. Implantar suas soluções para as crises de produtividade contemporânea é desconsiderar as particularidades histórico-sociais nacionais, cuja análise acarretaria proposições em outras direções.

Na Alemanha, desde meados da década de 1950, foram implementados em conjunto com os níveis federais e estaduais investimentos e estratégias para remodelação dos transportes, proteção ao meio ambiente, e inovações nas instituições de ensino. Ações específicas que permitiram o enfrentamento da reestruturação produtiva, já presente nos anos 1970, quando, na Região do Rhur, políticos, empresários, sindicalistas e membros da sociedade civil se propuseram a revitalizar as cidades eliminando as barreiras herdadas do modelo de industrialização anterior, desde a defesa de novos setores relacionados à tecnologia ambiental, até a viabilização da rede entre fornecedores, fabricantes e clientes.

Os choques provocados pela onda de reestruturação produtiva dos capitais alemães, ingleses e estadunidenses, principalmente depois da década de 70 do século passado, são sentidos agora pela implantação sistemática do toyotismo nos anos 90 (Alves, 2000) sobre a realidade industrial brasileira – particularidade histórica que reclamaria soluções próprias.

As distinções históricas são abissais. Em relação ao processo de reestruturação produtiva imposta pelo capital, Diniz conclui por diferenças cronológicas e estruturais deste processo mundial: “Nos casos americano e inglês, a reestruturação veio como resposta à crise econômica, impondo mudanças tecnológicas e organizacionais. No caso do Brasil, a reestruturação veio antes ou junto com a crise, de cujos resultados imediatos ocorreu a queda do emprego industrial. Em outras palavras, nos casos externos a crise provocou a queda do emprego industrial e a reestruturação veio como resposta” — gerando uma nova

onda de aumento dos níveis de emprego. Continua o autor: “no caso brasileiro, a reestruturação foi imposta de fora, provocando, como resultado, a queda do emprego” (2000: 44).

Comparando ainda outros processos internacionais de reestruturação produtiva, as diferenças continuam marcantes. O Vale do Silício é obra de capitais privados, de risco, cuja lógica é o potencial, a longo prazo, de lucratividade, e não de lucros imediatos — pois as pesquisas são fortemente orientadas para o atendimento da indústria bélica. No Japão, a chamada cidade científica de Tsukuba absorveu US\$ 5,5 bilhões, gastos entre 1960 e 1985. Comparando com o Brasil, podemos refletir com Magalhães Tavares, aqui, praticamente, inexistem capitais de risco e há que considerar o tempo de maturação dos investimentos: 10 a 15 anos. (1994: 281). Não existem aqui, os incentivos para o capital, que são abundantes e garantidos a longo prazo pelos governos francês, alemão, japonês, e pelo campeão absoluto de incentivo estatal aos capitais privados: o governo estadunidense.

Guerras mundiais, corridas espaciais, guerras frias, guerras cirúrgicas, guerras nas estrelas, iniciativas de defesas estratégicas e atualmente guerras contra o “terrorismo” estão, e sempre estiveram, por trás da disposição dos capitais estadunidenses em assumir nos tecnopólos, “riscos” de longo prazo baseados em encomendas de pesquisas e armas feitas pelo Pentágono e outros órgãos do governo. No Brasil, os pólos como Campinas, Santa Rita do Passa Quatro – herdeiros de projetos gerados na ditadura militar – (assim como os grupos empresariais, gigantes falidos, da Villares, Elebra, Sisco, Cobra, Esca) não podem ser a eles comparados, pois, aos capitais aí instalados faz falta, pelo menos, os pesados e ininterruptos subsídios e garantias das encomendas estatais.

Os tecnopólos, centros produtores e difusores de conhecimento de ponta, embora possuam uma aura de puro progressismo tecnicista capitalista baseado no *livre mercado*, só são viáveis debaixo de intensa e contínua proteção estatal. Aparecem como solução para regiões inteiras, mas, contraditoriamente, são dependentes estruturalmente de investimentos estratégicos de longo prazo que não podem ser garantidos apenas por uma vontade política em desenvolver uma vocação regional eleita. Entre os fatores que escapam ao voluntarismo regional, encontram-se pelo menos a ausência de garantia a longo prazo de encomendas substanciais e constantes do poder público federal, e de mercado interno para consumo produtivo de seus projetos e serviços. Apesar disto, muitos dos nossos planejadores políticos insistem em que, talvez, seja este o caminho da constituição da competitividade interna, correção de desequilíbrios regionais, ampliação de centros educacionais para pesquisas científicas e tecnológicas. Em contrapartida, Magalhães constata o “aumento da distância entre os que possuem conhecimento e os que não possuem” (1994: 282) como consequência da experiência internacional destes tecnopólos.

#### **“Novo regionalismo” em essência**

Uma das bases de sustentação da teoria e prática do “novo regionalismo” é que as mudanças produtivas têm proporcionado a instalação de plantas fabris em outras regiões do país, mas não o desmonte completo do parque do ABC, ou como

dizia Celso Daniel – um dos idealizadores do “novo regionalismo” e do modelo de desenvolvimento regional alternativo – não houve o desmonte do seu núcleo duro composto pelas montadoras e pelo pólo petroquímico. A região do ABC permanece como um pólo inegavelmente industrial e economicamente fundamental.

Segundo Celso Daniel, há um ponto fraco neste histórico: o de ter sido sempre marcado por “decisões exógenas à região”, isto é, a presença de forças externas que influenciam e torna o ABC uma região dependente de tomadas de decisões exteriores. A nova postura administrativa deve pautar-se pela tomada “de posição e das decisões dos protagonistas econômicos, sociais e políticos da região”. (Revista *Livre Mercado*, janeiro, 2002)

A concepção de cidade-região que desemboca nas propostas do “novo regionalismo” baseia-se na construção de uma competitividade do tecido produtivo regional, historicamente construído e herdado; na cooperação entre as pequenas e médias empresas que compoem a dócil e dependente rede de empresas fornecedoras de bens e serviços ao grande capital. Complementarmente, trata-se de mais um dado do processo deste quadro de razões da manutenção das automobilísticas na região: a adequação do empresariado nacional aos processos de reestruturação produtiva ocorrida.

Ideologicamente, o “novo regionalismo” propõe regras de cooperação distintas das regras da acumulação predatória fordista, baseadas, na “alteração dos paradigmas de gestão pública e de controle da sociedade local”, que criariam uma sintonia fina entre o poder local, as empresas da região e a “sociedade civil”, o que construiria a consciência coletiva da crise estrutural da região, “em substituição à ausência de tal consciência na década de 1980”, também segundo Celso Daniel.

As áreas que se mantêm com maior força de atração competitiva para o capital são aquelas que possuem “serviços educacionais, tecnológicos e urbanos modernos”, o que reforça o “papel dos agentes e das políticas locais”. Porém, a tendência imposta pela reestruturação produtiva em andamento, parece ser a de resguardar a “região mais desenvolvida do país, onde está localizada a maior parcela da base produtiva, que se moderniza mais rapidamente, e onde estão as melhores condições locacionais”. (Diniz 2000:36)

Algumas montadoras, de fato, instalaram novas fábricas fora do ABC, mas ainda a região é fortemente marcada pela presença delas e das autopeças (e pelo setor petroquímico) resistentes e renovadas nos últimos dez anos. O resultado é que o ABC congrega ainda forte tendência à aglomeração em torno das plantas automobilísticas principais. (Tavares, 1994: 273) A política das empresas transnacionais indica que esta “vocaçãõ” histórica industrial da região é responsabilidade e ônus da população, dos poderes municipais, dos sindicalistas, pois as montadoras só por razões estritamente materiais mantêm-se na região. Sua verdadeira “vocaçãõ” é a extraterritorialidade ou a desterritorializaçãõ.

Nos anos 90, no ABC surge uma reindustrializaçãõ ambígua. Há uma migraçãõ interna regional. Setenta por cento das empresas que se instalaram em Mauá, por exemplo, estavam localizadas em outros municípios do Grande ABC ou em bairros da Zona Leste de São Paulo. Estas migraçãões surgem da dinâmica



do capital na busca de produtividade espacial para manter seus investimentos e continuar beneficiando-se de sua implantação histórica na região.

A direção do “novo regionalismo” seria a de incrementar esta herança histórica, o que permitiria a manutenção das empresas transnacionais, principalmente as formadas pelo núcleo duro composto pelos setores automobilístico e petroquímico, construindo, paralelamente, a rede de pequenas e médias empresas prestadoras de serviços, dependentes deste núcleo.

Esta herança histórica, percebida como *vocação*, é a expressão de uma das características do capital: apropriar-se gratuitamente do já existente, (re)concentrando-se nos lugares que a cada momento, são mais adequados para sua revalorização.

A presença de pequenas e médias empresas fornecedoras das grandes montadoras parece ser um atrativo de sustentação dos projetos. Se as grandes empresas ainda permanecem e estabelecem liames produtivos com fornecedores (terceirizados) pequenos e médios, competentes e especializados, os ideólogos do novo regionalismo acreditam ser este o indicativo do mercado produtor a ser estimulado, porém, com base na sistemática manutenção do foco produtivo de maior valor para o grande capital.

Neste projeto regional/urbanístico contou-se com a forte presença territorializada dos sindicatos. Para não serem encurraladas por compromissos urbanísticos específicos, as montadoras preservaram sua tradição de capital global, desterritorializado, retirando-se dos debates locais.

O “novo regionalismo” vem acompanhado pela diminuição do peso dos movimentos sociais críticos do sentido e do caráter dos canais de participação. O resultado da atuação política administrativa é o foco “cada vez mais técnico-administrativo: como construir bons governos, como produzir boas práticas, como tornar os governos eficazes e eficientes. Nesse contexto ganham força as propostas de planejamento estratégico e de desenvolvimento local” (Santos Jr., 2000: 577).

Os governos locais, sustentados por apelos de cunho neoliberal, assumidos ou não, mas considerados inexoráveis, criam e administram a infra-estrutura necessária para a circulação das mercadorias, reprodução e (re) adequação barata – quase gratuita – da força de trabalho para o capital. Almeida alerta: “ou se conquistam prefeituras com vistas a melhor ‘administrar’ o capitalismo em nível local ou se coloca a gestão do município a serviço do avanço das lutas populares”. (1998: 185).

Como a luta entre as classes deixou de ser a referência da realidade para partidos políticos que chegam ao poder, a gestão governamental assume a tônica do empreendedorismo e da construção de espaços de “negociação e consenso” e sua eficaz inserção nos mercados globalizantes.

Diante do exposto, identificam-se algumas questões que revelam a condição do poder local na região do ABC paulista que intervêm na construção de uma temporalidade e de uma espacialidade impostas por sutis cadeias de controle econômico. O ideário das “vocações” regionais, que vem sendo construído e proposto pelo Partido dos Trabalhadores, partindo das premissas aqui expostas, implica planejamento urbano tecnicizado, ignorando os distintos interesses de classe e as efetivas contradições impostas pela produção capitalista. O resultado é

uma política neutralizadora das tensões entre as classes sociais, em que o nível local do Estado assume uma posição de autonomia demiúrgica, tentando costurar consensos e parcerias entre partes tão antagônicas quanto contraditórias.

#### Bibliografia:

- ALMEIDA, L. F. (1998). "Entre o local e o global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capital". In: DOWBOR, L; IANNI, O. & RESENDE, P. (orgs.) *Desafio da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- ALVES, G. (2000). O novo e (precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial.
- ARANTES, O. (2002). "Cultura e transformação urbana". In: PALLAMIN, V. (org.) *Cidade e cultura esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade.
- CARVALHO, M. (2000). "Cidade global: anotações críticas sobre um conceito". *São Paulo em Perspectiva*. Revista Fundação SEADE, nº 14, out-dez..
- CASTRO, N. A. (1995). "Modernização e trabalho no complexo produtivo brasileiro". In: *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Paz e Terra.
- COSTA CAIADO, A. S. (1996). "Desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial em São Paulo". *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo Revista Fundação SEADE, vol. 10, nº 2, abril-junho
- DINIZ, C. C. (2000). "Impactos territoriais da reestruturação produtiva". In: *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Observatório IPPUR/UFRJ – FASE.
- DURAFFOURG, J. (1998). "Um robô, o trabalho e os queijos: algumas reflexões sobre o ponto de vista do trabalho". In: *Emprego e desenvolvimento tecnológico: Brasil e contexto internacional*. São Paulo: DIEESE (org.)
- ENGELS, F. (1975). *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, Porto.
- FERRARI, T. (2003). *Cidade, trabalho e técnica: o mito da produção em tempo real*. Tese doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais PUC-SP.
- FIORI, J. L. (2000). "Acumulação global e ingovernabilidade local". In: *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Observatório IPPUR/UFRJ – FASE.
- FIUZA DE MELLO, A. (1999). *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo.
- KLINK, J. A. (2001). *Cidade-região, regionalismo e reestruturação no grande ABC*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- LEFEBVRE, H. (1978). *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Ed. Península.
- SZNELLWAR, L. I. e MASCIA, F.L. (1997). "A inteligência não reconhecida do trabalho". In: ARBIX, G. & ZILBOVICIUS, M. (orgs.) *A reinvenção dos carros. De JK a FHC*. São Paulo: Scritta.
- SANTOS JR., O. A. dos. (2000). "Gestão Urbana, associativismo e participação nas metrópoles brasileiras". In: *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Observatório IPPUR/UFRJ – FASE.
- VERAS, M. P. (2001). *Jornal da Tarde*. 24 de fevereiro.